



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 Mais
Ciência

INFÂNCIA E JUVENTUDE DO CAMPO: DIÁLOGO DE SABERES, MEMÓRIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Orientadora: Beatriz Corsino Pérez

Bolsista: Beatriz Helena de Almeida Mascarenhas

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
2022/2023



SUMÁRIO

RESUMO	3
INTRODUÇÃO	4
REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
Crianças e jovens quilombolas do campo.....	13
MATERIAIS E MÉTODOS.....	18
RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
Memória da Comunidade.....	22
Acesso às Políticas Públicas.....	28
Produções acadêmicas	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	33

RESUMO

O presente projeto busca articular pesquisa e extensão através de produção de conhecimento e ações, as quais envolvem o dia-a-dia da infância e juventude do campo, particularmente em territórios quilombolas. A população a qual está sendo trabalhada em conjunto é a da comunidade de Cafuringa, localizada no município de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro. Ao longo do projeto auxiliamos crianças e jovens na participação da vida comunitária e na construção do diálogo intergeracional e na produção de saberes, os quais envolvem a memória comunitária. Coube ao projeto também compreender as percepções da comunidade sobre o que é ser quilombola, o quanto isso impacta profundamente na perspectiva social de quem está dentro e fora da comunidade sobre tal tema, inclusive, na memória e na perpetuação da tradição e, conseqüentemente, as práticas culturais que merecem continuar existindo. Nesse sentido, foi utilizado como material de estudo a transcrição e a análise de vídeos de entrevistas com os moradores e oficinas com as crianças no local. Ademais, os métodos de trabalho do projeto consistem na articulação com os movimentos sociais e o com poder público, desempenhando a função de elo entre as tais instâncias e a comunidade; auxílio na produção de conhecimento, junto aos jovens; e dar visibilidade e valorizar a cultura dessa população. Notamos nas falas de alguns moradores temas que perpassam a história de Cafuringa, inclusive trazendo respostas e dúvidas: entre eles a origem do nome e a real localização e extensão da comunidade, a imagem da antiga liderança, a qual era responsável pelas festividades, pela presença do jongo e da religião de matriz africana. Além disso, relatamos as dificuldades enfrentadas no diálogo com o poder público para o acesso às políticas públicas no local.

INTRODUÇÃO

Desde 2017, o NIJUP - Núcleo de Pesquisa sobre infâncias, Juventudes e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense- UFF desenvolve ações no quilombo de Cafuringa. A comunidade que foi escolhida para a pesquisa-extensão é a de Cafuringa, localizada no distrito de Travessão, no município de Campos dos Goytacazes/RJ. O contato com essa comunidade teve início por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), após a sinalização da importância de uma intervenção com um viés da psicologia comunitária naquele espaço. Desde então, há o interesse dos moradores para a continuidade da presença da universidade naquele espaço, focando em atividades que envolvam mulheres, crianças e jovens.

A ideia de quilombo no Brasil passou por diversas visões, tendo seu início com o processo escravocrata junto com a publicação do Conselho Ultramarino (1740), outorgado durante o reinado português da época (de Rei João V). Tal documento foi um dos responsáveis por estigmatizar essa ideia e trazer consequências que influenciam no imaginário da população até os dias atuais.

Quase dois séculos depois, em 1988, com a nova Constituição Brasileira, o cenário tornou-se mais propício para reescrever a história, trazendo a possibilidade de fala e de uma existência politicamente mais protegida para tais comunidades. (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002). Essa abertura veio como uma alternativa para expor uma outra imagem de quilombo, para além da de negros fugidos, mas de uma população a qual aspira resistência, espírito comunitário e que, por sinal, possui um outro modelo de fazer economia (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002; NASCIMENTO, 2019). Além disso, também proporciona possibilidade de questionar de uma forma mais contundente as possíveis memórias que foram propositalmente “esquecidas” (escondidas do público geral) nesse processo, com o objetivo de enfraquecer as populações presentes nessas comunidades, de características tão específicas (POLLAK, 1989).

O município de Campos dos Goytacazes tem sua história marcada pela mão de obra negra e indígena, principalmente nas plantações e usinas de cana-de-açúcar. Assim

como em outras experiências ocorridas no Brasil, foi através dos movimentos de resistência, das disputas por território e de migrações que muitos quilombos se mantêm até hoje ocupados por descendentes dos povos negros, em áreas rurais e urbanas. Há sete quilombos certificados pela Fundação Cultural Palmares: Aleluia, Cambucá, Batatal, Conceição do Imbé, Lagoa Fea, Custodópolis, Sossego. Além dessas comunidades já certificadas, existem diversas que ainda não têm o reconhecimento oficial como quilombolas, como é o caso de Cafuringa (em Travessão), Morro do Coco, Quilombo (em Conselheiro Josino), Carobinho (no Alto Imbé), entre outras.

A comunidade destacada nesse documento, não aparece nos registros oficiais do município, não possui pavimentação em suas ruas ou forma de identificações, por meio de placas. A partir de um levantamento feito pelo NIJUP, em 2021, Cafuringa possui ao todo vinte e quatro crianças, trinta e oito jovens, trinta e dois adultos e dois idosos. A maior parte da população local é composta por crianças e jovens, o que justifica a escolha de trabalho com esse público.

Outro fato a ser abordado, é a questão do conhecimento produzido sobre a infância. Essa sempre teve como foco principal a criança que vive na região urbana e, conseqüentemente, deixando de lado as outras formas de infâncias, que possuem tanta importância quanto. E, quando nós falamos de uma infância negra, quilombola, rural, nós abrangemos mais de um atravessamento que pode sim ser esquecido ou deixado de lado na hora de se escolher um tema a ser estudado (SILVA, 2011, p. 31).

Considerando esses aspectos, o atual projeto, intitulado “Infância e juventude do campo: diálogos sobre saberes, memória e participação social foi elaborado com objetivo de auxiliar a reconstruir a história dessa comunidade por diversos meios, tanto por oficinas com as crianças e de entrevistas com os moradores. Através da análise do material já estudado, a discussão sobre políticas públicas naquele espaço também se faz importante, visto os componentes sociais que atravessam Cafuringa. Com isso, o relatório final do projeto contempla as ações desenvolvidas de agosto de 2022 a agosto de 2023, e busca refletir sobre alguns resultados do trabalho desenvolvido.

REFERENCIAL TEÓRICO

A definição de quilombo, enquanto elemento conceitual, perpassou diversas definições ao longo da história. Como apontado, criticamente, por Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), a definição de quilombo dirigida ao rei de Portugal, em 1740, pelo Conselho Ultramarino, mostrou-se como um elemento de cristalização dos sentidos possíveis associados ao termo quilombo. Tendo como premissa o reconhecimento de quilombo como "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele", reduzindo tal movimento e comunidade, como o agrupamento de escravos foragidos (apud Schmitt, Turatti & Carvalho, 2002, p. 2); sendo tal perspectiva perpetuada até a década de 1970, levando à invisibilização, a qual, através da história oficializada gerou, de forma proposital, buscou esconder as consequências da escravidão no Brasil (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002, p. 2).

Já em 1988, com a construção da Constituição Federal, surge, assim, o artigo nº 68, que diz: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos" (BRASIL, 1998). Esse artigo apresentado, para além de prever o reconhecimento de propriedades de terras (LEITE, 2000, p. 335), ele também demarcou a necessidade de revisar a identidade quilombola e, conseqüentemente, rever a ideia do conceito do que seria quilombo. (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002, p. 1)

Essa possibilidade de revisão tornou-se uma oportunidade de contradizer o que já fora estabelecido como quilombo desde o período escravocrata. Dessa forma, Alessandra Schmitt, Maria Cecília Manzoli Turatti e Maria Celina Pereira de Carvalho, em "A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas" (2002), trazem que:

Como já foi assinalado por outros autores, os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento

de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002, p. 3)

Outro autor que aborda e critica a visão anteriormente estabelecida como quilombo, caracterizando uma nova perspectiva, fora Abdias Nascimento, conhecido também como um ativista dos direitos da população afro-brasileira. Durante o livro “Quilombismo”, publicado em 2019, ele escreve que:

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio- político em termos de igualitarismo econômico. Os precedentes históricos confirmam esta colocação. Como sistema econômico, o quilombismo tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitarismo ou ujamaísmo¹ da tradição africana. Em tal sistema, as relações de produção diferem basicamente daquelas prevaletentes na economia espoliativa do trabalho chamada capitalismo, fundada na razão do lucro a qualquer custo. Compasso e ritmo do quilombismo se conjugam aos mecanismos operativos, articulando os diversos níveis de uma vida coletiva cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano. (NASCIMENTO, 2019, p. 235-236)

Assim, ele destaca a característica comunitária que ocorre de forma natural dentro do quilombo, além de outro modelo econômico utilizados nesses espaços, fugindo dos moldes capitalistas já historicamente introjetados.

1 ujamaísmo: combate a propriedade privada da terra

Em decorrência do que fora dito, e buscando exercer tal processo de revisitação do que é ser quilombola, há também outro conceito a ser apresentado neste referencial, o de memória. De acordo com o documento “Memória”, de Carlos Alberto Mourão Júnior e Nicole Costa Faria (2015, p. 780-781), a memória pode ser compreendida como um processo mental, pois também tem a função de guiar o dia a dia da humanidade. Além disso, tem a capacidade de armazenar e evocar informações, dessa forma está relacionada ao “lembrar”. Assim, por conta de sua habilidade, tal processo pode ser vinculado também à execução de ações e pode desempenhar auxílio à cognição.

A partir da informação anterior, é possível dialogar com Maurice Halbwachs, durante a produção “A Memória Coletiva” (1968). No documento, Halbwachs aponta a coexistência de diversos pontos referenciais que compõem a memória do indivíduo, as quais também servem para estruturar a memória coletiva. Para ele, um processo de conciliação ocorre, onde há concordância entre as várias memórias presentes, resultando na reconstrução de algo coletivo de forma comum; sendo assim, em sua perspectiva, a coerção e submissão não se faz presente em tal processo, e sim um movimento de diversas adesões entre grupos, que culminam em uma seletividade para constituição de uma memória coletiva. (HALBWACHS, 1968)

Trazendo essa referência, Pollak (1989) logo contradiz o autor, no momento em que, ao analisar a perspectiva de grupos marginalizados e minorias, ele percebe uma ação dominadora do que se é entendido como “Memória Oficial” - memória que compõem a coletividade e que estrutura aspectos socioculturais -, a qual usa de uma estrutura e metodologia que marginaliza determinados conhecimentos históricos (POLLAK, 1989, p. 4). Dessa forma, o sociólogo austríaco diz que:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos

bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, p. 4)

Em conseguinte, e entendendo que a memória subterrânea pode ser entendida como uma memória que tende a não ser incluída na memória coletiva, sendo estruturalmente condenada ao exílio, por conta dos seus potenciais riscos e disputas à determinado sistema ou memória dominante. (POLLAK, 1989), há a separação do que se pode ser mostrado ou confessado, o que é aceito e organizado em nome dos que são marginalizados para poder entrar no que é coletivo. E para poder perceber isso é necessário identificar em que ponto o presente cruza ou é influenciado pelo passado (POLLAK, 1989, p. 8-9)

A partir disso, diante dessa Memória Oficial, surge a memória proibida (ou subterrânea), que recebe essa titularidade no instante em que se é colocada à margem, após constatado que a mesma poderá, de alguma forma, exercer um perigo à estrutura dominante; assim:

“Essa memória “proibida” e portanto “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica.” (POLLAK, 1989, p. 5)

Contudo Pollak também diz que: “Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades” (POLLAK, 1989, p. 5). E nesse sentido tal memória pode ser visualizada como risco à dominação, afinal “os dominantes não podem jamais controlar perfeitamente até onde levarão a reivindicações que se formam ao mesmo tempo em que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior.” (POLLAK, 1989, p. 5). E relacionando tal discussão sobre a realidade quilombola, pode-se compreender o porquê de que determinadas características dessa cultura há um apoio

na hora de socialmente ser transmitida e outras não, compreendendo a estrutura racista em vigor e que ainda de forma velada mantém a ideia negativa sobre o quilombo, e a qual percebe o potencial que a população descrita possui culturalmente, social e historicamente.

Em consonância à ideia de Pollak, há também Félix Guattari e Suely Rolnik, no livro “Micropolítica: Cartografias do desejo” (1996). Ao longo do texto “1 - Cultura: um conceito reacionário?”, ambos os autores descrevem a “produção de subjetividade capitalística²”, entendendo a cultura de massa intrinsecamente ligada ao sistema capitalista e o quanto ambos movem-se rumo à uniformização e à submissão, com o objetivo de garantir a subalternização, a hegemonia, além da manutenção de tal estrutura. (GUATTARI & ROLNIK, 1996). Assim:

Essa cultura de massa produz, exatamente, indivíduos; indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão - não sistemas de submissão visíveis e explícitos, como na etologia animal, ou como nas sociedades arcaicas ou pré-capitalistas, mas sistemas de submissão muito mais dissimulados. E eu nem diria que esses sistemas são “interiorizados” ou “internalizados” de acordo com a expressão que esteve muito em voga numa certa época, e que implica uma idéia de subjetividade como algo a ser preenchido. (GUATTARI & ROLNYK, 1996, p. 16)

À vista disso, a cultura de massa vem com objetivo de uniformizar (a partir da

2 Capitalística: essa visão de Félix Guattari refere-se a sociedades que para além de estar sob influência do capitalismo, ainda estão vivendo numa realidade de capitalismo “periférico”, ou de Terceiro Mundo, onde aloja-se um dependência e contradependência do capitalismo, tendo sua cartografia de desejo reproduzida, tendo dificuldade para construir algo diferente. (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 15).

perspectiva do dominante), de minimizar a criatividade e as subjetivações singulares e aumentar o índice da funcionalidade e produção para um determinado sistema (capitalista), levando também ao silenciamento, pois já se fora captado o possível poder reativo da singularidade. (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 15-23)

Denunciando assim, a memória proibida e a produção de subjetividade capitalística acabam por ser interessantes ferramentas para a dominação e silenciamento de determinados grupos, tais como a comunidade quilombola. Ocorre, então, o esquecimento proposital de quem não é interessante (funcional) ou/e possui um potencial risco para uma determinada configuração de domínio, visto a importância efetiva e subjetiva que desempenham esses dois aspectos na identidade e no cotidiano da sociedade.

E, apropriando dessa ideia de memória, compreendendo que o esquecimento e o lembrar podem ter uma motivação sócio-política, faz-se necessário introduzir a ideia de tradição e transmissão, como fatores e consequências desse processo. Sendo assim, há Caroline Luvizotto, no artigo “Preservação e a transmissão das tradições” (2010), que comenta sobre rituais intrínsecos à tradição que buscam preservar a memória coletiva, entendendo o quanto eles fortalecem o cotidiano da comunidade, promovendo a união (SILVA, 2005, apud Luvizotto, 2010, p. 99). Além disso, outro fator que contribui para a preservação da tradição é a transmissão, contudo a autora também diz que para que seja transmitido, é necessário a presença de um intérprete, responsável para passar as informações como realmente são. Sendo assim, a falta dessa imagem pode resultar na dificuldade para perpetuar o tradicional (LUVIZOTTO, 2010, p. 99-100). A partir disso, quando não há a presença de tal indivíduo, a preservação também pode ser socialmente barrada.

E como último ponto a ser abordado, e considerando que a falta do pensamento decolonial pode trazer sim consequências na forma que o grupo socialmente minoritário irá comportar e construir sua identidade, torna-se imprescindível abordar sobre dois responsáveis por falar também sobre isso: Frantz Fanon (2008) e Neusa Santos Souza (1990).

Ambos os autores aprofundam na temática que diz respeito à pressão social que

a população negra sofre perante uma estrutura opressora, que influencia na tentativa de tal grupo em buscar a ascensão através do abandono de suas raízes, na tentativa de perseguir um ideal. (FANON, 2008; SOUZA, 1990). E, dessa maneira, o autor nascido na região das antilhas traz o seguinte trecho no seu livro “Pele negra, máscaras brancas” (2008):

A longa tradição do cientificismo e do eurocentrismo deu origem a uma ideia de universalismo abstrato, que marca decisivamente não somente a produção do conhecimento, mas também outros âmbitos da vida: economia, política, estética, subjetividade, relação com a natureza, etc. Em todas essas esferas, nesses mais de 500 anos de história colonial/moderna, os modelos advindos da Europa e de seu filho dileto - o modelo norte-americano após a Segunda Guerra Mundial - são encarados como ápice do desenvolvimento humano, enquanto as outras formas de organização da vida são tratadas como pré- modernas, atrasadas e equivocadas. Dessa forma, modelo de desenvolvimento científico, político e econômico são exportados do países norte-cêntricos ao sul global, desconsiderando, dentro dessa lógica, qualquer possibilidade de projetos de emancipação elaborados pelos sujeitos que habitam a zona do não ser. (FANON, 2008, p. 12-13)

Neusa Santos (1990) aborda o conceito presente na Psicanálise de Ideal de Ego, o qual expressa a tranquilidade e harmonia interna que pode ser aos poucos atingida, quando há o sucesso durante a busca pela aproximação desse tal ideal. Entretanto, entendendo também que quando falamos de ideal, é impossível conseguir igualar o Ego atual com essa projeção de ser; e, para além disso, a autora trata o fato de que dependendo do grupo que você ocupa, estará mais ou menos próximo desse ideal, logo a frustração será ainda maior (SOUZA, 1990, p. 33-44), afinal, assim como já trazido por Fanon no seu livro, o negro pode colocar máscaras, porém nunca será branco (FANON, 2008). E, quando trazemos para o que já fora abordado durante esse referencial, esse ponto liga-se à questão da memória e lembrar, pois a comunidade quilombola também pertence a essa população minoritária, sofrendo todas consequências do que se remete ao esquecer.

Crianças e jovens quilombolas do campo

Em consequente, dando continuidade aos aspectos acima abordados, faz-se necessário mencionar a obra “Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico” (2020), para utilizá-lo também como base de argumentação; entendendo a importância da decolonialidade para um direcionamento teórico-prático no presente projeto, o qual envolve diversos atravessamentos socio-políticos, dentre eles a questão racial, a de território, quilombola e de infância.

Dessa forma, é possível entender como decolonialidade, de acordo com Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel, uma produção acadêmica e ação de investigar e expor uma forma sistemática interligada à colonialidade e seu poder, observando tanto sobre o ser quanto sobre o saber, buscando modificações para realidade; e para isso há uso da história (uso da memória) como base inicial. (BERNARDINO-COSTA; MACHADO-TORRES & GROSGOQUEL, 2020, p.

10) Além disso, para que essa modificação ocorra de forma efetiva, tornar-se imprescindível vincular ao debate os atravessamentos raciais, principalmente que perpassam as populações negras, caso contrário, fugirá totalmente do que se compreende como decolonialidade e sua proposta; assim explicitado no trecho:

O deslocamento do projeto decolonial da luta política das populações negras, caso se concretizasse, seria uma traição à própria decolonialidade. Esse é um risco que visualizamos quando diversos acadêmicos brasileiros começam a utilizar o título decolonialidade nos seus trabalhos acadêmicos e, no entanto, não citam qualquer autor negro ou indígena, ou sequer têm qualquer relação com os movimentos sociais, limitando-se a dialogar com os membros da rede de investigação modernidade-colonialidade e com outros teórico latino-americanos que falam a partir de uma perspectiva da população branca. Em outras palavras, a decolonialidade se torna mais uma moda acadêmica e menos um projeto de intervenção sobre a realidade. Nem tudo que brilha é ouro, por isso há necessidade de se ter clareza sobre o que está em jogo para ir além dos rótulos. BERNARDINO-COSTA; MACHADO-TORRES & GROSGOQUEL, 2020, p. 10)

E no momento que dá-se a abertura para uma visão que busca deixar de lado tais rótulos, torna-se possível falar de outras de formas de vivência, a partir da perspectiva que as vive, de acordo com os seus atravessamentos.

A seguir, faz-se necessário à escrita, como base de reflexão, construir a ideia de infância. Assim, observando a partir de uma perspectiva histórica, têm-se o período da Modernidade sobre o assunto, tendo, a partir do século XX, a busca de responder sobre o “lugar social das crianças nas sociedades industriais modernas” (CASTRO, 2013, p. 17). Com isso, cronologia e o ser funcional para o trabalho, torna-se um aspecto importante para determinar a participação do indivíduo dentro do corpo social (MEYER, 1986; SORENSEN, 1986, apud Castro, 2013, p. 17). Dessa forma, a racionalização e ordenamento da idade surge, e a ideia de etapas de vida são construídas, as “quais delimitaram as possibilidades que cada indivíduo tinha para

desejar o que queria ser” (MORSS, 1996; BURMAN, 1994; JAMES & PROUT, 1990, apud Castro, 2013, p. 17). Com essa definição, é criado sobre o conceito de infância a concepção de que a mesma é compreendida como uma fase de formação, por conta de sua “atual imaturidade”, tendo o adulto como ápice do desenvolvimento e quem é o responsável por ensinar os mais jovens. (MORSS, 1996; BURMAN, 1994; JAMES & PROUT, 1990, apud Castro, 2013, p. 17).

Castro (2013) opõe-se a essa concepção de infância apoia a perspectiva de uma infância detentora de potenciais capazes de modificar a realidade, e isso pode ser compreendido no seguinte trecho:

Ora, essa criança não é apenas o objeto que precisa ser cuidado, protegido, educado, e não é tampouco exclusivamente o sujeito intitulado de direitos que lhe asseguram dignidade humana. Ele é igualmente, de fato e de direito, um sujeito demarcado por um certo dizer, inantecipável e impossível de reduzir completamente a qualquer atributo (como a competência, o saber, o juízo ou a falta dele) dado de antemão. Ao contrário, independente de qualquer intenção, esse aqui dá mostra de uma possibilidade efetiva de intervir no mundo e criar uma outra relação com o real. (CASTRO, 2013, p. 11)

Ou seja, de acordo com a mesma, o período da infância tem muito mais a

contribuir para com o mundo real, uma contribuição muito diferente do que é relacionado apenas com a produtividade trazida pelo sistema capitalista e uma sociedade adultocêntrica.

Ademais, aprofundando isso, é imprescindível a compreensão da existência de “infâncias”, logo, que não há apenas um tipo criança ou uma forma de contribuição com o mundo real em diversos territórios, porém que não é valorizado e socialmente barrado.

A autora Silva (2011) aborda que a criança quilombola sofre com uma tripla dimensão de ausência, a qual envolve, em primeiro, o fato de ser uma criança; segundo, por ser uma criança negra e por último uma criança negra e quilombola. Inclusive, de acordo com o seu documento, mesmo após os anos de 1980, e o estudos sociológicos sobre a infância, muito pouco foi produzido sobre a criança quilombola, limitando-se a nutrição e saúde, ou educação e identidade (SILVA, 2011, p. 31), dessa forma, o que se pode compreender é que, se a infância por si só já é pouco visualizada, as diversas “infâncias” são ainda mais, principalmente, quando influenciadas por ser atravessamentos socioculturais.

De acordo com Castro (2009), podemos falar também da juventude rural do Brasil, a qual devido a invisibilidade social, sofre com um cenário de escassez no que diz respeito à construção e efetivação de políticas públicas. Dessa maneira, barreiras em relação ao acesso à educação é uma realidade na vida de jovens que vivem nas áreas rurais do país. Tal situação, em parte, é fruto de representações sociais em que o urbano é considerado melhor e, conseqüentemente, mais valorizado em detrimento ao campo, produzindo assim, entre os jovens, o desejo de deslocamento para os grandes centros urbanos. Outro ponto diz respeito ao sentimento de desvalorização vivenciado por esses sujeitos nos espaços urbanos em que frequentam, tanto em relação às referências estigmatizantes que a população urbana têm em relação à vivência do campo, quanto em relação às barreiras de acesso aos serviços públicos e privados (CASTRO, 2009).

Dessa maneira, em “Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político”, a autora aponta que os debates acerca da juventude no país encontram-se centrados na juventude que vive no meio urbano. Assim, o debate

e definição de juventude é considerado genérico e confuso, posto que a centralidade da atenção e ações governamentais estão voltadas, quase que exclusivamente, para os jovens urbanos, mesmo que a juventude rural seja representada por cerca de 8 milhões de jovens, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2004). Sendo assim, se tratando da categoria juventude, é necessário que levemos em consideração os atravessamentos políticos e sociais que os perpassam, além dos processos de interação e hierarquia social presentes nessa dinâmica (CASTRO, 2009).

Nesse contexto, ao pensarmos na categoria juventude rural, nos deparamos com a constante associação a problemática da migração do campo para a cidade. Tal dinâmica envolve para além da questão de "ficar" ou "sair" do meio rural, questões como a construção de narrativas, significados e disputas. Dessa maneira, a perspectiva de um jovem sem interesse pelo meio rural é elemento privilegiado para a invisibilização do potencial formador de identidades sociais e conseqüentemente reivindicações políticas (CASTRO, 2009).

Nessa conjuntura, além da desvalorização da vivência no campo e o estigma de desinteresse, há a reforma agrária, que desde 1985, vem sendo desenvolvida no país de forma lenta e precária. Tais elementos reverberam no processo de restituição da migração, elevando consideravelmente a presença de assentamentos de famílias no meio rural. Contudo, tal movimentação diz respeito, principalmente, aos jovens, principalmente em relação a organização e representação social (CASTRO, 2009).

Tendo como resultado disso, o apagamento desse jovem nas pesquisas e políticas públicas para a juventude. Com as diversas definições de juventude ao longo dos séculos, a autora aponta como a faixa etária, comportamento e a noção de novo como agente transformador são elementos de definição. Por isso, ao se tratar da temática juventude, é necessário que se tenha em cena a noção de "junventudes", posto que não há a possibilidade de uma categoria única e universal, mas sim características atravessadas por processos históricos, culturais, de raça, gênero, claro e outras interseções. Para a autora, tendo em vista que os jovens são vistos como sujeitos em formação, a confiança, autonomia e participação, os jovens são tidos como aqueles que necessitam de maior vivência e experiência para tornarem-se adultos com

responsabilidade (CASTRO, 2009).

Para Castro (2009), a configuração social representa elemento de manutenção das hierarquias sociais que atravessam a juventude rural, posto que ocupa uma posição de submissão, frente às condições econômicas e sociais de produção familiar. A autora aponta que as principais justificativas para a migração dos jovens do campo para a zona urbana diz respeito à dificuldade de acesso à educação, trabalho e, em contrapartida, as atrações, possibilidades proporcionadas pelo modo de vida urbano e se defronta também com a questão da pequena produção familiar e sua reprodução. Em relação a educação, em uma pesquisa realizada pela a autora em 2005, mostra que a distância entre as instituições de ensino e o território desses sujeitos representa um dos maiores incentivadores para esse processo. Além disso, não há transporte escolar efetivo, contam com os riscos envolvidos na estrada e a sujeira proporcionada pelas estradas de terra, resultando em preconceito por parte dos colegas. Contudo, a pesquisa revelou que mesmo diante tal cenário, o processo de escolarização segue sendo elemento socialmente valorizado por esses jovens e sua família (CASTRO, 2009).

Durante a realização de sua pesquisa em 2005, a autora observou que os jovens do assentamento rural, em sua grande maioria, desejam migrar para os grandes centros urbanos. Tal desejo foi externalizado pelos jovens e também percebido nas falas dos pais e representantes da associação dos produtores. Castro (2009) observou, que se tratando dos motivos pelos quais os jovens desejam ir embora, há uma prevalência do desejo de um lugar melhor para viver, com melhores condições de trabalho, saúde e educação. Tal percepção, encontra apoio na vivência de desvalorização social dos espaços em que vivem e pelo processo de exclusão social vivenciado por esses jovens, visto que, defrontaram-se com barreiras em relação ao acesso aos serviços públicos e direitos básicos como saúde, educação, transporte público, lazer (CASTRO, 2009).

Contudo, Castro (2009) pode observar que, mesmo diante de todas as barreiras enfrentadas pelos jovens, um número significativo dessa categoria deseja seguir no assentamento. Além disso, para a autora, tal desejo pode ser analisado para além do elemento discursivo, levando em consideração a potencialidade de tal desejo como estratégia de resistência na terra, no território. Dessa maneira, as noções de “sair” e

“ficar” precisam ser revistas, posto que tais elementos não são noções fixas e comportam inúmeras possibilidades de múltiplos significados, podendo representar estratégias familiares de manutenção da terra, forma de afastamento da autoridade paterna, condições de reprodução social da família e de autonomia do jovem.

Além disso, questões que atravessam a juventude não são pensadas pelos adultos, resultando na não escuta dos jovens e sua não compreensão enquanto grupo social e político. Diante do desafio de ter suas questões consideradas, a juventude rural se mobiliza e se articula cada vez mais enquanto grupo social. Por isso, para Castro (2009), a juventude rural é atravessada por processos de disputas, de legitimidade e classificações. Tal processo envolve fundamentalmente os processos de categorização da relação hierárquica entre urbano e rural, além claro das dinâmicas de funcionamento das relações de poder no interior do grupo familiar. Assim, o entendimento do jovem e da juventude são elementos que reverberam na formulação de políticas públicas para os jovens rurais. Por isso, a necessidade da participação desses jovens em torno do processo de formulação, implementação e efetivação das políticas públicas, tendo como protagonista o público alvo da política (CASTRO, 2009).

MATERIAIS E MÉTODOS

Ao longo do trabalho que já foi feito durante o presente projeto, alguns materiais e métodos foram utilizados como base de desenvolvimento no grupo de pesquisa e que podem servir para a construção de resultados neste documento.

Durante as atividades realizadas com crianças e jovens, por diversas vezes, conversamos informalmente com suas famílias que nos relataram as suas condições de vida, as dificuldades na geração de renda e das formas de trabalhos desenvolvidas, sendo esses relatos importantes para a construção do estudo. Além disso, foram feitas entrevistas semiestruturadas no ano de 2019 com os moradores adultos e idosos, sendo destes quatro homens e cinco mulheres, com faixa etária de 38 a 60 anos, e um jovem de 23 anos. Esse método surgiu como uma proposta de atividade produzida pela equipe que teve como intuito propiciar um espaço no qual as crianças e jovens pudessem ser

pesquisadores da sua própria história, tendo contato com o passado de Cafuringa. Para isso, elaboramos juntamente com as adolescentes um roteiro de entrevista contendo vinte perguntas que abordavam aspectos como os dados de identificação dos entrevistados; assuntos relacionados às relações sócio-históricas da comunidade; cultura e lendas; questões relacionadas ao território e sobre a infância.

A proposta de entrevistar os moradores adultos e idosos deu-se por os mesmos serem, de acordo com Pérez e Biazzi (2022) “... guardiões das memórias de seus antepassados, e poderiam falar de um passado mais distante.” Para o presente trabalho, analisamos especificamente as respostas das questões que abordaram com mais ênfase a história da comunidade e as formas de trabalho, articulando o passado e o presente.

Outrossim, fundamentaram o texto a análise sistemática das entrevistas audiovisuais, realizadas de forma não estruturada, durante o ano de 2021, com os moradores da comunidade, tendo como propósito a criação de um documentário que pudesse registrar a memória local e ampliar o olhar dos pesquisadores acerca da história e da cultura de Cafuringa. Participaram desse processo 13 moradores, sendo dez mulheres e três homens, com idades de 14 a 82 anos. Os moradores relataram em suas falas a história de suas famílias, as memórias que possuem sobre o passado de Cafuringa, infância, a cultura, lendas e festividades que ali existiam. Disseram também sobre as suas experiências com as diversas formas de trabalho que por eles são exercidas, sobre agricultura familiar, território e educação.

Torna-se importante salientar que a pesquisa-intervenção é uma abordagem que busca construir um diálogo entre a prática científica e a realidade social em que ela está inserida, estando ligada diretamente com a vida das pessoas. Temos como nosso ponto primordial garantir que nossa atuação não prejudique de nenhuma forma os indivíduos envolvidos, seja na coleta de dados ou na intervenção em si. Logo, essa prática precisa ser guiada por princípios éticos que protejam os indivíduos envolvidos e garantam a confidencialidade das informações coletadas.

Procuramos colocar em prática o protocolo ético solicitado para a realização de uma pesquisa na qual os sujeitos devem consentir com a utilização de seus dados antes que eles sejam coletados, e que a privacidade e o sigilo possam ser mantidos mesmo

após o fim da pesquisa. Dessa forma, ao decorrer da análise dos dados deste artigo, fizemos uso de nomes fictícios, com a finalidade de preservar a identidade dos entrevistados e das pessoas citadas ao longo do texto, sendo um ponto necessário quando se trata de uma pesquisa que envolve dados pessoais e/ou sensíveis.

Além disso, foram realizadas dez idas a campo em 2022, sendo elas ocorridas que, de forma geral, de quinze em quinze dias com, por volta, de vinte crianças e jovens, sendo seu cronograma constituído por uma leitura de história, no início, a qual possui a temática correlacionada com as próximas atividades que ocorrerão no dia, logo depois uma oficina é feita, e finalizamos com um lanche disponibilizados pelo grupo de pesquisa para as crianças; sendo essa atividades, feitas com objetivo de envolver as crianças e jovens ali com a participação com a vida comunitária. Entretanto, dependendo do planejamento feito para o dia, tal cronograma modifica-se.

No caso das visitas que aconteceram após o início do Programa Mais Ciência, em agosto de 2022, tivemos três encontros. Um no dia vinte e um de outubro, a qual não ocorreu oficinas e nem leitura, pois o foco era comemorar o Dia das Crianças, sendo assim houve brincadeira e lanche. No do dia onze de novembro o tema fora a Copa do Mundo, dessa forma, houve um torneio de futebol de prego, onde quase todas as crianças participaram, cada uma escolhendo a seleção que iria representar durante a competição e pintando a bandeira dos países selecionados, e logo finalizamos com o lanche. Houve também a visita das crianças e jovens com a equipe do NIJUP para a Cidade da Criança, no dia quatorze de dezembro, com o objetivo de trazê-las para conhecer o local. Uma das jovens da própria comunidade, que trabalha naquele espaço, auxiliou na comunicação e agendamento, além da oportunidade de ser um dia especial de finalização para o ano 2022 com elas.

Ademais, o grupo de pesquisa e extensão também acompanha as jovens mulheres em sua inserção no mercado de trabalho e na continuidade em seus estudos. Sendo assim, há a construção de um espaço que possibilite a valorização do trabalho produzido pelas mesmas. Como inseri-las, por exemplo, em eventos que permitam-nas vender seus produtos, como no caso de uma jovem, de 22 anos, que vende cocada na própria UFF, ou em alguns eventos por meio da articulação da pesquisa; ou auxiliá-las também

na inscrição de concursos ou provas para dar continuidade à vida acadêmicas delas, como nos momentos para inscrição delas para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ou para Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), sendo que, muitas vezes, fazemos uso do espaço da universidade e sua tecnologia, nesses casos.

Em ambos os casos de trabalhos apresentados acima, ocorrem, após os encontros, visitas e oficinas, a produção de registros, por meio de fotografias e relatórios, para possivelmente utilizar em situações futuras de pesquisa e análise.

Finalizando, há também a alternativa de usarmos de nossa posição, como pesquisadores da universidade, com o objetivo de fazer uma articulação com movimentos sociais ou o poder público, para o benefício da comunidade, como no caso da relação do grupo de pesquisa com a CPT ou com a própria Subsecretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos - SIRDH.

Em relação à parceria com SIRDH, tivemos um encontro com a Leonora Tinoco (Secretária de Educação, Ciência e Tecnologia); Erickah Gomes (chefe de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais, da Subsecretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos e quem acabou por pegar o meu projeto); Elaine Souza (coordenadora de Políticas de Ações Afirmativas da subsecretaria); Beatriz Corsino Perez (minha orientadora); Natalia Codeço (também bolsista pelo Programa Mais Ciência); e Daiana Ataíde (orientadora da outra bolsista presente). Nesse momento pudemos conhecer as pessoas responsáveis (Erickah e Elaine) por aceitar os nossos projetos, ouvir um pouco sobre as pastas que as mesmas trabalham dentro subsecretaria, além de podermos apresentar pessoalmente a nossa ideia sobre o que fora escrito para a submissão no programa Mais Ciência. Ocorridas tais apresentações, não houve nenhuma alteração no projeto até então e ficou agendada uma nova reunião para março de 2023.

Já em 2023, tiveram duas reuniões com a SIRDH sendo a primeira ocorrida no dia 18 (dezoito) de março de 2023, de forma híbrida e uma no dia 17 de abril. Quanto às idas a campo houve 4 encontros com a crianças: o primeiro no dia 05 de maio, o qual fora o primeiro do ano, sendo assim um dos objetivos fora de fazer perguntas sobre a relação das crianças com a pesquisa para visualizar o vínculo conosco, principalmente entendendo que ficamos afastados; logo depois teve o encontro do dia 19 de maio com objetivo de

trabalhar aspectos audiovisuais com as crianças e jovens, no dia 02 de junho em que buscou-se apresentar os filmes produzidos no encontro anterior para a próprias crianças e por fim 07 de julho ida das crianças à UFF, em que fizemos uma festa junina pra encerramento do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos meses de produção, desde o início do Programa vinculado ao projeto, algumas apresentações sobre o assunto do eixo de “Memória e cultura quilombola” foram feitas e alguns lugares, como na Universidade Federal do Norte Fluminense (UENF), ou na própria UFF, e até mesmo de forma online, por meio de pôster.

Além disso, análises foram feitas sobre o material empírico dos projetos de pesquisa e extensão, as quais foram trabalhadas desde o início do projeto. Para discutir sobre tais informações, irei dividir o presente tópico em três subtópicos: Memória da comunidade; Acesso às políticas públicas e produções acadêmicas, para aprofundar nos assuntos.

Memória da Comunidade

A partir da análise das entrevistas, tornou-se possível construir uma narrativa dos moradores sobre a comunidade onde vivem. Desde de um pouco sobre a localização, ainda que tenha alguns desencontros sobre as informações passadas; os nomes dão à comunidade; aspectos territoriais e culturais daquele espaço, podendo visualizar como seria a antiga liderança da comunidade, a Dona Melaninha, as festividades, batuques e a religião que havia na localidade, por conta, da mesma fazer questão de que ainda tivesse tudo aquilo por ali.

Sendo assim, a partir das entrevistas feitas com o Sebastião, um morador ali próximo da comunidade, a região é dividida em três partes: Caxeta, Matutu e Cafuringa, sendo que elas pertenciam à mesma família, dos Alves, e depois a região foi

vendida e dividida em várias partes. Assim como descrito na fala seguinte: “Cafuringa lá pra lá atrás dessa fazenda aqui... praticamente onde era família. Aqui tá a caxeta. Lá do outro lado está Matutu. Existe tudo no lugar só, entendeu? Só separa só o nome mesmo, entendeu? Tudo família”. De acordo com o mesmo, todos por ali são negros, apesar de alguns serem um pouco mais claros, em um geral, são todos retintos: “Era todos eles a família tudo negra. Inclusive, ali dentro não tinha um branco, tudo negrão.”

Já quanto ao território, outra entrevistada, a Rita, também comentou sobre como era a paisagem antigamente. A região de Brejo Grande, Caxeta, Cafuringa era toda composta por brejo de cana, que foi-se diminuindo após as vendas de lotes de terra e, aos poucos, foram substituídos por pasto para os gados. Dessa forma, a densidade de plantações de cana-de-açúcar que se via antes, já não é mais possível de enxergar hoje próximo à comunidade. Ela diz:

Aqui era tudo canavial de cana. Esse lado... Começa lá de baixo... não começa do brejo grande e vai na caxeta. Era tudo cana, não era cercado, não. Aí depois o dono daqui vendeu, passou prum tal de doutor Antônio, aí prantou, continuo cuidando de cana também, aí depois esse tal doutor Antônio vendeu para o Rodrigão, aí o Rodrigo acabou com as cana tudinho, pois pasto pra botar égua, essas coisas para dentro. Aí vai daqui até lá embaixo na caxeta, é tudo pasto, não tem mais cana, só tem cana só pra lá, pra cá não tem mais não. (...) o brejo era ali embaixo, ali agora não tem mais que deram valão, tinha, mas tinha um brejo... tinha brejo tudo que é lado tinha o brejo, mas por causa do valão que fizeram, tiraram, agora é tudo valão. (Entrevista, Rita, 56 anos, 2021)

Inclusive, de acordo com Seu Devoto - ex-pastor da Igreja Universal presente ali -, nesse período anterior, o que poderia visualizar na comunidade era a desesperança de Cafuringa iria vingar, principalmente pelo fato de ali não haver acesso a outras coisas, como a energia elétrica ou pelo caminho de ser composto por chão batido (de terra):

Ao longo do tempo, muitos, né, não acreditou que cafuringa podia permanecer, acharam aí que tudo iria acabar porque via que envolta era só canavial de cana, prum lado e pro outro você via só cana. Era tudo cana, né, não tinha sequer energia elétrica aqui, nós não tinha, era de um lado e do outro, tudo cana. As casinhas realmente só aparecia em período de moagem, quando cortava as cana aí aparecia as casinha que tinha em Cafuringa. As canas cresciam... ninguém conhecia mais esse lugar, porque ficava tudo no meio da cana, mas ao decorrer do tempo foi passando, passando, muitos foi acabando com cana. Hoje graças a deus nós vivemos numa área, dessa aqui bastante arejada, venta bem... (Entrevista, Seu Devoto, 52 anos, 2021)

Ademais, relacionado à tal discussão envolvendo onde seria a localização real de Cafuringa, há também quem aborde a questão do verdadeiro nome da comunidade aqui apresentada. Sendo assim, tendo algumas entrevistas como base, tal qual ocorrida com Seu Devoto ou com Dona Margarida várias nomenclaturas surgem nessas falas; dentre elas a própria “Cafuringa”, que de acordo com a “Enciclopédia Brasileira da Diáspora”, possui como definição: “coisa miúda, insignificante, criança pequena; qualitativo de pessoa mexeriqueira. No Uruguai, o termo é um tratamento depreciativo dirigido a um negro” (LOPES, 2011), tendo essa concepção, há a informação que outra moradora, Dona Margarida comenta, sobre sua tia, que essa não gostava de tal expressão ao ponto de não chamar a comunidade por esse nome e, talvez, tal conceito também influencie nessa negativa forma de enxergar Cafuringa; “Bolandeira” também surgiu, a qual vem de um dos ofícios de Dona Melaninha - antiga liderança da comunidade -, que está relacionado ao fato da mesma possuir casa de farinha, produzindo diversos produtos a partir daí, dentre eles a própria, tapioca, biju ou polvilho:

Bom, a minha tia, a irmã da minha mãe que faleceu, ela nem gosta que nem gostava de chamar, ela morava naquela casa, né? Uma casa que vem cá pra cá, última que vem de lá pra cá, a última e é daqui desse canto não, de lá de baixo pra cá última casa. Eu disse me vendo, eu acho que eu até mostrei ela. Minha tia não gostava, que chamava de cafuringa que aqui não é cafuringa, cafuringa o povo trata é pra lá pra cima, pro lado de

Brejo Grande que tem uma areazinha de terra lá de casa pra cima, mas esse aí tinha que ficar cafuringa, Cafuringa e pra pra gás, enfim, pras coisa vim, vender, vender aqui, aonde que vai levar o gás aonde? Cafuringa, mas a minha tia gosta que gosta que sempre chamava aqui de Cafuringa, boladeira. Está nas nas escrituras como por boladeira, boladeira.”
(Entrevista, Dona Margarida, idade, 64 anos, 2021)

Outro tema que se foi abordado nas entrevistas era sobre a própria dona Melaninha, que exercia a função de liderança da comunidade, até o seu falecimento. Ela era uma pessoa que fazia questão de ter presente naquele espaço alguns costumes afrodescentes, assim jongo/tambor, influências das religiões de matriz africana, assim como dito por Bárbara na entrevista, ela sempre colocava a cachaça em cima da geladeira para os santos, e mantinha as imagens desses em sua casa. Ela também era responsável por manter as festas religiosas e o carnaval. Seu Jaiminho, inclusive, comentou sobre isso quando disse sobre o fato de Carnaval que a própria dona Melanina organizava, o que o evento saía de Cafuringa e ia quase até Travessão, e ele mesmo ajudava com a música.

Foi falado também sobre as lendas que eram passadas na região, desde lobisomem, mula-sem-cabeça, até a da jaqueira, que teve maior presença nas falas. As histórias da jaqueira surgiram, por conta de uma árvore dessa característica que há em Cafuringa, de acordo com o que é contado, a mesma, durante a noite, tomba, não deixando ninguém passar, e só voltando ao normal durante o dia. Um fato interessante sobre isso, é que tal costume envolvendo as lendas ainda persiste e renova-se, e isso pode ser notado com a atividade que Carlos Vitor tem feito na rede social YouTube; em seu canal o menino busca apresentar na plataforma diversas características que compõem Cafuringa e seu dia-a-dia na comunidade, isso incluindo lendas que ali possuem para além do que fora contados pelos mais velhos, mas as quais surgiram agora. Isso ficou evidente, principalmente, na ida à comunidade do dia... em que o próprio menino mostrou aos pesquisadores de seu canal, apresentando trechos de alguns de seus vídeos.

Durante as entrevistas realizadas com os adultos e idosos no ano de 2019, foi

possível identificar que a atuação nas lavouras vem de um passado muito distante. O trabalho sazonal nas plantações de cana-de-açúcar possui uma forte presença na região, foi experienciado pelos mais velhos da comunidade e ainda hoje é uma importante ocupação dos moradores de diversas idades.

Ao serem questionados sobre a identidade e profissão de seus pais, esses moradores que tinham entre 38 a 60 anos, relataram majoritariamente que seus ancestrais nasceram na região de Cafuringa ou nas proximidades, como Caxeta, Brejo Grande, Padaria, localidades do distrito de Travessão. No que diz respeito às ocupações, foram citadas as formas de trabalho a qual eles nomearam como o “trabalho na roça”, nas usinas açucareiras, o trabalho na construção civil e como empregada doméstica.

A senhora Dora aludiu que na época de seus pais existiam muitas plantações de cana-de-açúcar na região. Ela disse que “era ótimo de serviço naquela época, mas agora...” (Entrevista de Dora, 60 anos, 2019) Os entrevistados expõem que antigamente seus genitores trabalhavam na Usina São João, na Usina São José e essas empresas forneciam um caminhão para ir buscá-los em casa e levá-los para a roça. Com a falência dessas usinas, reduziram as oportunidades de emprego na lavoura. Hoje a maior parte dos moradores trabalham para a única usina que ainda existe na região próxima ao distrito de travessão.

A população mais velha da comunidade foi inserida de forma precoce no trabalho nos canaviais, na maioria das vezes, quando crianças, para acompanhar os seus pais e contribuir na renda familiar. Para fazê-lo, precisaram abrir mão dos estudos, por não ser possível conciliá-lo com o trabalho na cana-de-açúcar. Tais situações são relatadas de forma constante nas falas dos moradores, que lamentam terem pulado essa etapa da vida na medida em que atender as urgências da sobrevivência tornaram-se a única escolha.

Márcio relatou que precisou evadir da escola quando tinha entre treze a quatorze anos, durante a quarta série do ensino fundamental, após a morte de seu pai, indo trabalhar na lavoura para contribuir com a renda familiar junto a sua mãe. O morador afirmou: “Eu tive que parar não porque ela mandasse, mas eu mesmo me

senti incomodado de ver ela trabalhando só e não dando conta das tarefas. Era roupa para vestir, comida... e só uma pessoa da casa trabalhando, não dava conta.” (Entrevista de Márcio, 47 anos, 2019) Atualmente, ele está aposentado por problemas cardíacos, mas ainda trabalha nas plantações de cana-de-açúcar, sendo responsável por pagar os funcionários. Márcio também trouxe em sua fala a importância dos estudos na vida do

ser humano e como o baixo nível de escolaridade impossibilita o acesso a melhores condições de trabalho.

Essa realidade é vista também no relato da moradora Priscila, que disse ter estudado até a quarta série do Ensino Fundamental e precisou abandonar os estudos para trabalhar no meio rural. Ela narrou que “Eu estudei só até a quarta série, depois eu tive que parar para trabalhar na roça. O meu pai morreu e a gente não tinha condição.” (Entrevista de Priscila, 57 anos, 2019). Relembrando o período em que estudava, a moradora historiou uma experiência de vida difícil, em que a vulnerabilidade socioeconômica fez-se presente. Ela citou que realizava o longo trajeto até a escola caminhando e que não possuía mochila, usava a embalagem de arroz para guardar o material escolar.

Já a moradora Carla disse não ter lembranças de momentos em que brincava durante a infância. Ela contou ter começado a trabalhar muito cedo na lavoura, quando tinha apenas nove anos e aos quatorze anos ela trabalhava junto aos seus pais e irmãos, expondo que “eu só estudei até a primeira série porque eu tive que trabalhar.” (Entrevista de Carla, 51 anos, 2019)

Diante desses relatos, torna-se possível refletir sobre o impacto negativo que o trabalho infantil pode ter na vida do indivíduo e como essa realidade esteve presente no cotidiano dos moradores. Revelando uma dura realidade em que as crianças precisam renunciar aos estudos e ao ser criança, uma vez que a conciliação entre o trabalho na produção de cana-de-açúcar, a educação e o brincar se mostram inviáveis. Os depoimentos dos entrevistados revelam o lamento por terem pulado uma fase importante de suas vidas, em que o atendimento das necessidades básicas de sobrevivência se tornou a única opção.

Acesso às Políticas Públicas

Neste subtópico, irei apresentar parte dos resultados gerados em relação ao acesso à Políticas Públicas que perpassa a comunidade de Cafuringa, entendendo a importância do tema na realidade dessa população.

Com o contato construído com os moradores, e até mesmo com as oficinas com as crianças e jovens, foi possível perceber um pouco mais sobre questões que atravessavam o dia-a-dia das pessoas que vivem no território. Assim, como já afirmado há alguns tópicos acima, a Cafuringa está entre os quilombos que não são legalmente reconhecidos, trazendo um grande impacto na realidade daquele espaço, no sentido de ausência de Políticas Públicas. Sendo assim, entraves que envolvem o território, renda, educação são observados no lugar e que também acabam por influenciar a realidade das crianças e jovens que vivem ali.

Sobre as crianças, observamos uma realidade em que demonstram dificuldades em suas vidas escolares, principalmente, no que diz respeito à leitura, e que foram agravadas com o período pandêmico com a suspensão das aulas presenciais. Além disso, afirmam terem dificuldade de chegarem à própria escola, pelo fato de que para ter acesso à estrada principal, precisam passar pelo pasto, ou quando já estão no ambiente escolar, elas deparam-se com um ensino desarticulado com a realidade de vida delas.

Outrossim, a vulnerabilidade social é algo que se apresenta ali também, prevalecendo uma população de baixa renda, atrapalhando o acesso aos bens econômicos. A partir disso, uma das movimentações que o grupo de pesquisa se comprometeu a fazer é de realmente auxiliar na articulação nesse processo de geração de renda, dessa forma, por exemplo, há a tentativa de facilitar para que os jovens consigam vender seus produtos em eventos ou dentro da própria UFF.

Outra alternativa que buscamos articular para a ampliação do acesso às políticas públicas em Cafuringa foi com o poder público. Dessa forma, após o início do programa de bolsas, eu pude participar de quatro reuniões junto com representantes da SIRDH, e responsáveis por aceitar esse projeto, no qual trouxe a possibilidade de futuros

encaminhamentos, dentre os quais envolvem uma reunião com outros setores da prefeitura, de forma a ampliar o acesso a tais políticas, como coleta de lixo ou Centro de Controle de Zoonoses de Campos (CCZ), além de oferecimento de cursos à comunidade.

Dessa forma entre os encontros ocorridos, durante o segundo feito no ano, o qual sucedeu-se no território de Cafuringa, e alguns de seus moradores e uma representante da CPT, foi-se discutido sobre demandas por parte de quem vive na comunidade, dentre elas comentou-se sobre a falta de iluminação na comunidade, visto que os postes de luz estavam queimados há um tempo. Inclusive, o seu Devoto falou sobre o fato de que muita gente saiu da comunidade achando que não teria iluminação na comunidade, porém quando ela chega ainda assim não tinha realmente; além disso, há o comentário sobre a água comunitária adquirida em 2023 não chegar para todas as casas, logo a necessidade de que o cano fosse mais longo.

Discutiu-se também o tema que mais fez-se volume na reunião, sobre as estradas que perpassam a comunidade e a falta de pavimentação, e o quanto isso dificulta a passagem; a falta de coleta de lixo; o transporte público que não entra na comunidade, além do horários serem reduzidos, não atendendo a realidade de quem mora ali; a falta de oportunidade de trabalho ou a desvalorização do trabalho produzido também fora pauta da reunião; assim como o acesso à educação e a ideia da construção de um espaço comunitário na comunidade. Contudo após essa reunião e mais outra apenas com integrantes da pesquisa e profissionais da SIRDH, a equipe da UFF não sentiu uma verdadeira disposição por parte do poder público em auxiliar nessas necessidades trazidas pelos moradores da comunidade quilombola em questão. Além disso, houve também ação da Cáritas e da Instituição Federal Fluminense (IFF), cujas instituições iriam participar na movimentação da construção de um espaço comunitário em Cafuringa.

Produções acadêmicas

Algumas apresentações foram feitas também abordando o presente eixo de

trabalho, dentre eles inclui os seguintes títulos: “Memória e história: elementos constitutivos da identidade sócio-cultural e da religiosidade de Cafuringa”, por meio de um pôster no XIV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica / VII Congresso Fluminense de Pós-Graduação, ocorridos entre os dias 20 a 24 de junho de 2022, de forma virtual; "Infância e juventude de Cafuringa: uma discussão sobre memória e o trabalho reprodutivo", durante o evento “A situação de crianças e adolescentes no município de Campos dos Goytacazes desafios impostos pela pandemia da covid-19”, XVII Semana Acadêmica do curso de Serviço Social, no dia 29 de setembro de 2022; “Resgate Da História De Cafuringa: Um Diálogo Sobre Identidade, Trabalho e Resistência”, no evento XIV Mostra de Extensão UENF - UFF - IFF e VI UFRRJ: "Darcy 100 anos : Sociedade darwiniana disruptiva & a extensão inclusiva" no Centro de Convenções da UENF, realizado entre os dias 18 a 21 de outubro de 2022, em Campos dos Goytacazes; "Cafuringar é muito bom! Exposição de fotos das crianças de cafuringa" durante a IX Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de Campos dos Goytacazes promovida pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, ocorridos nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2022; e “Memória, religião e participação social de uma comunidade quilombola em Campos dos Goytacazes”, ocorrida no evento XV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica / VIII Congresso Fluminense de Pós-Graduação entre os dias 26 a 30 de julho de 2023.

Houve também trabalhos monográficos, finalizados em 2023, envolvendo a pesquisa de outras integrantes do grupo, tais como “Os efeitos da falta de educação no campo em Cafuringa-RJ: o processo educacional das crianças camponesas” Daniele Fagundes, “O trabalho em Cafuringa ontem e hoje: relatos de exploração e desvalorização do trabalhador rural”, de Larissa Machado e “Trabalho Reprodutivo em Cafuringa: solidariedade e agência de crianças e jovens quilombolas”, de Renata Costa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto em questão se propôs a investigar sobre a memória de uma comunidade quilombola localizada no interior do estado do Rio de Janeiro, na cidade de Campos do

Goytacazes.

Tendo o que fora exposto em vista é possível compreender o que se entende como quilombo e a importância da memória naquele espaço, principalmente na perpetuação da tradição e dos costumes daquela cultura. As religiões de matriz africana, o jongo e as festividades foram substituídas por outras práticas culturais com a mudança da liderança e a entrada da religião cristã. Entretanto, outros elementos ainda permanecem presentes como as lendas, por exemplo. Esse aspecto atravessa a própria visão que a comunidade tem sobre a identidade quilombola, sendo necessário um trabalho de valorização das culturas afro-brasileiras de forma a não reproduzirem estereótipos e preconceitos. Compreendemos como fundamental a consideração das perspectivas adotadas em relação a população negra de tal território, cuja lógica colonial realiza múltiplos processos de invisibilidade e aniquilamento dos modos possíveis de existência. Sendo um deles a falta de reconhecimento identitário, que inviabiliza políticas públicas necessárias para a comunidade.

Sendo assim, considerar o processo formativo do Brasil e de tal território diz sobre a compreensão das reverberações nas práxis locais, em especial, posto a comunidade em questão ser composta, em sua totalidade, por pessoas negras. Portanto, nossa indagação consiste em identificar o quanto à escassez, ou melhor, precarização na oferta e efetivação de políticas públicas presentes na comunidade de Cafuringa, advém de um projeto colonial em que o caminho traçado, ou melhor, destinado a população que esteve por muito tempo vinculado às formas de trabalho pauperizadas e vulnerabilizadas, elemento de denúncia da lógica colonial existente que atravessa e circunda a população negra e quilombola.

Observamos que em Cafuringa, a escassez de políticas públicas se manifesta na falta de transporte público de qualidade, água encanada, saneamento básico, coleta de lixo, escolas e posto de saúde próximos e/ou na comunidade. Especialmente, por se tratar de um território localizado na zona rural, cuja trajetória destinada à população caminha no sentido de atualizar as formas de produção e vida coloniais. Realizando a manutenção na vivência canavieira, com a precarização da vida e contando com a subserviência de sujeitos negros e em processos de vulnerabilização social. Ademais,

consideramos fundamental o reconhecimento oficial de Cafuringa enquanto quilombo para que seja viabilizada a execução de políticas existentes e acesso a serviços.

Assim, percebemos o quanto a comunidade encontra-se socialmente distante do acesso aos serviços e políticas, que se encontram voltadas, majoritariamente, para o centro urbano do município. Evidenciando não apenas uma distância não física, mas social. Em que os moradores não conseguem solucionar as urgências da realidade social, porque os recursos básicos não chegam de forma efetiva na comunidade. O não chegar é fruto de manutenção da lógica colonial, na qual visa manter os colonos no poder, já os colonizados longe espacialmente e socialmente afastados. Para romper com essa concepção, são necessárias políticas públicas que valorizem o campo, possibilitando reconhecimento identitário, permanência, melhores condições de trabalho e moradia.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R.

Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. 2ª ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CASTRO, L. R. **O futuro da infância e outros escritos.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Universidade Federal da Bahia, Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2008

GOMES, F. S. **Moçambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil.** São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo.** 4ª ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, SP, 1990. Tradução de Laurent Léon Schaffeter da 2ª ed. La mémoire collective (1968).

LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** Revista Etnográfica, vol. IV (2), 2000, p. 333-354. Disponível em:

<http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em: 24 mai 2022.

LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

LUVIZOTTO, C. K. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 140 p. ISBN 978-85-7983-088-4. Acesso em: 04 dez 2022. Disponível em:

<<https://books.scielo.org/id/cq8kr/pdf/luvizotto-9788579830884-08.pdf>> .

MOURÃO JÚNIOR, C. A. & FARIA, N. C. **Memória**. Universidade Federal de Juiz de Fora: Revista Psychology/Psicologia Reflexão e Crítica, 28(4), 2015, p. 780-788. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/kpHrP364B3x94KcHpCkVvQM/?lang=pt>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo - Documento de uma Militância Pan- Africanista**. 3ª ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudo históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C.; CARVALHO, M. C. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade - Ano V, nº 10, 1º semestre de 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW4C3r6CFYcnx8sPSDrk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 de out 2022.

SILVA, B. C. **A construção da (in) visibilidade da infância quilombola: o papel do Estado e do movimento social**. Universidade de Coimbra: set. 2011. Acesso em: 26 jan. 2023. Disponível em:

<<https://dlc.library.columbia.edu/catalog/ldpd:504682/bytestreams/content/content?filename=Beatriz+Caitana+da+Silva.pdf>>

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1990.